

# PAGOL

A conta digital para quem ama viajar

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Dezembro de 2023 e o período 01 de Agosto 2022 a 31 de dezembro de 2022



Carta de Apresentação de Demonstrações Financeiras - I Documento 9010 -  
Demonstrações Financeiras Individuais da PaGOL Sociedade de Crédito Direto S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

---

Em cumprimento as determinações legais, em especial a Instrução Normativa BCB nº 54, encaminhamos as demonstrações financeiras INDIVIDUAIS da PaGOL Sociedade de Crédito Direto S.A., que compreendem o relatório da Administração, balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração dos fluxos de caixa, notas explicativas e relatório dos auditores independentes relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## TERMO DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

---

A Administração é responsável pela elaboração e conteúdo das demonstrações financeiras e arquivos apresentados. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as regulamentações aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## DIVULGAÇÃO

---

As demonstrações financeiras contidas neste documento foram divulgadas em diretório de acesso público no sítio da PaGOL Sociedade de Crédito Direto S.A., no dia 31 de março de 2023 e podem ser acessadas na página:

<https://www.pagol.com.br>

São Paulo, 31 de março de 2023.

DocuSigned by  
Assinado por: ROGER RAVEL LAGE 08769441790  
CPF: 087.694.417-90  
Data/Hora de Assinatura: 28/03/2024 10:21:39 PDT  
O SCLP é uma OU AC SCLP/IT multipa v5  
C: BR  
Emissor: AC SCLP/IT multipa v5  
ICP-Brasil

Roger Ravel Lage  
CPF:087.694.417-90

LUIZ FERNANDO MESSIAS  
BISPO:88279820868  
68  
Assinado de forma digital por LUIZ FERNANDO MESSIAS  
BISPO:88279820868  
Dados: 2024.03.28 10:07:58 -03'00'

Luiz Fernando Messias Bispo  
CRC: 1SP105235/O-6





## PAGOL SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Pagol Sociedade Crédito Direto S.A, tem a satisfação de apresentar suas demonstrações financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas ao semestre em 31 de dezembro de 2023. Nossos relatórios foram elaborados em conformidade com as práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

A Pagol Sociedade Crédito Direto S.A é uma companhia privada, constituída em 04 de outubro de 2021, sendo autorizada a iniciar suas operações pelo Banco Central em setembro de 2022, com sede na cidade de Barueri, tem se dedicado em fornecer a conta digital para quem ama viajar. A Companhia, autointitulada de Fintravel, é uma instituição inovadora, que possui o propósito de ser a primeira e melhor conta digital que proporciona aos seus clientes a oportunidade de acumular milhas Smiles, para assim viajarem cada vez mais. Iniciamos nossa missão de democratizar pagamentos do dia a dia no Brasil, conectando pessoas que precisavam transferir recursos, através do sistema por transações financeiras, adicionando social features para criar mais engajamento e interação entre usuários e pagamentos/check-outs via QR Code, proporcionando uma experiência única, 100% digital, integrada e móvel. Além dessa experiência de mercado, incluímos o benefício de ganho em milhas em muitos dos nossos produtos. Atualmente, temos orgulho de contar com mais de 48 mil contas ativas, cujos usuários realizam transações financeiras e até mantêm saldo em suas contas pré-pagas para aproveitar os benefícios das milhas acumuladas. O número de usuários com contas ativas vem registrando crescimento expressivo, conseqüentemente aumentando as transações e acúmulos realizados em contas pré-pagas da instituição.

Devido ao início recente da Companhia, estamos em constante evolução e desenvolvimento, implementado diversas iniciativas e produtos. Neste momento nosso foco central está, além de nossa receita, em maior eficiência em nossos controles e processos, visando a satisfação de nossos clientes. Este inclusive, é o pilar essencial para o nosso sucesso, em conjunto com nossos colaboradores, que são a grande ferramenta de nossa companhia.

A receita do Pagol vem crescendo de forma orgânica, assegurando o bem-estar da companhia e zelando pelos seus processos e controles. Nosso compromisso é continuar inovando, oferecendo aos nossos clientes uma experiência excepcional e eficaz, além de garantir a rentabilidade e sustentabilidade de nossos serviços. Apesar de uma equipe concisa, trabalhamos com especialistas e um controle de despesas efetivo para garantir a saúde organizacional. Esta dinâmica nos traz uma visão de o futuro, que nos motiva em continuar investindo em tecnologia e desenvolvimento para proporcionar novas experiências e encantar e fidelizar ainda mais nossos usuários/clientes.

Estamos comprometidos em executar nossa estratégia de crescimento com indicadores econômicos saudáveis e melhorar a eficiência e a disciplina dos custos a cada trimestre.



Em 2023, visamos expandir nosso ecossistema com o lançamento de novos produtos e serviços como: (i) expansão das features de carteira digital e pagamentos (pagamento de contas e impostos, Pix BaaS, entre outros) e; (ii) cartão de débito. Ainda, segundo semestre a estratégia da Companhia seguiu focada em (i) desenvolver novos produtos e serviços, por meio de investimentos em tecnologia, aumentando o engajamento e retenção dos nossos usuários e (ii) intensificar o cross selling de produtos monetizáveis na base, incluindo produtos de cartões Pagol (débito).

Nossa empresa se empenhou em alcançar resultados almejados, enfrentando desafios e buscando oportunidades de crescimento, e nossas demonstrações financeiras refletem nosso compromisso com a transparência e integridade, conforme trabalho realizado pelos auditores independentes - de acordo com a Resolução BCB nº 130/2021.

Diante do cenário desafiador e dinâmico do mercado, estamos confiantes de que estamos bem-preparados para enfrentar os desafios futuros e aproveitar as oportunidades que surgirem.

Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros comerciais e acionistas pelo seu contínuo apoio e confiança em nosso trabalho. Continuamos comprometidos em crescer de forma responsável, mantendo o foco na excelência, ética e inovação.

# Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente nº 243KO-082-PB

Em 31 de dezembro de 2023



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023	11

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)  
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da  
**Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findos nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de crédito direto autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfases

### Transações com partes relacionadas

Conforme divulgado na Notas Explicativas nºs 9 e 16 às demonstrações contábeis, a Instituição mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas descritas nas referidas notas explicativas. Conforme fato relevante divulgado em 25 de janeiro de 2024, a parte relacionada GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e Controladas, entraram voluntariamente com pedido de *Chapter 11* nº Tribunal de Falências dos Estados Unidos. O *Chapter 11* é um processo legal dos Estados Unidos utilizado pelas empresas para levantar capital, reestruturar as finanças e fortalecer operações comerciais no longo prazo, enquanto continuam a operar normalmente, incluindo o programa de fidelidade da Smiles. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Desenquadramento aos limites operacionais

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 26, em 15 de fevereiro de 2024, o Banco Central do Brasil emitiu Ofício 2571\_2024-BCB\_DESUC\_Apontamento 07511\_Limite Basileia informando o desenquadramento dos limites operacionais da Instituição. Em 04 de março de 2024, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 5.500 mil, cuja aprovação está pendente no Banco Central do Brasil, até a presente data. Em 07 de março de 2024, em resposta ao Ofício a administração da Instituição reportou ao Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias (DESUC) - Gerência de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias - Área 1 (GSUC1), as medidas adotadas para a regularização do enquadramento aos limites operacionais. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis



Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024.

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros  
CRC 1SP-208.108/O-1

## PAGOL Sociedade de Crédito Direto S.A.

### Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

#### ATIVO

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Ativo circulante</b>			
Disponibilidades	4	1.281	435
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	20.113	-
<b>Instrumentos financeiros</b>			
Títulos e valores mobiliários	6	-	8.860
Operações de crédito	7	146	-
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7b	(2)	-
Impostos a recuperar	8	3.318	507
Outros ativos	9	6.880	37.186
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>31.736</b>	<b>46.988</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
<b>Instrumentos financeiros</b>			
Operações de crédito	7	173	-
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7b	(1)	-
Imobilizado	10	160	226
Intangível	11	10.465	2.445
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>10.797</b>	<b>2.671</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>42.533</b>	<b>49.659</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# PAGOL Sociedade de Crédito Direto S.A.

## Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Passivo circulante</b>			
Conta pré-paga	12	12.636	1.423
Obrigações tributárias	13	1.018	923
Salários a pagar		1.599	588
Fornecedores	14	1.112	1.542
Provisões para passivos cíveis	15	38	-
Provisão de Imposto de renda e contribuição social		1.057	-
Partes relacionadas	16	12.077	39.487
Outras obrigações	17	1.532	1.608
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>31.069</b>	<b>45.571</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	18	11.000	5.000
Reserva legal		69	-
Reserva estatutária		1.307	-
Prejuízos acumulados		(912)	(912)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>11.464</b>	<b>4.088</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>42.533</b>	<b>49.659</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## PAGOL Sociedade de Crédito Direto S.A.

### Demonstração do resultado 2º Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e o período de 19 de setembro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2º Semestre 2023	31/12/2023	De 19/09/2022 a 31/12/2022
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>2.900</b>	<b>4.229</b>	<b>687</b>
Resultado com aplicações financeira de liquidez	5b	619	619	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	825	1.907	687
Receitas de operações de crédito		53	106	-
Lucros em operações de venda ou transferência de ativos financeiros		1.403	1.596	-
<b>Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>		<b>(2)</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(2)	(3)	-
<b>Despesas/receitas operacionais</b>				
Receitas de prestação de serviço	19	19.036	36.193	9.261
Despesa com pessoal	21	(6.398)	(10.366)	(2.637)
Despesas administrativas	22	(12.665)	(22.299)	(7.765)
Despesas tributárias	23	(2.004)	(3.726)	-
Outras receitas operacionais	20	93	189	-
Outras despesas operacionais	24	(71)	(1.631)	(965)
<b>Total de despesas/receitas operacionais</b>		<b>(2.009)</b>	<b>(1.640)</b>	<b>(2.106)</b>
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>891</b>	<b>2.586</b>	<b>(1.419)</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>		<b>(410)</b>	<b>(1.208)</b>	<b>507</b>
imposto de renda e contribuição social - corrente		(765)	(1.057)	-
imposto de renda e contribuição social - diferidos		356	(151)	507
<b>Lucro (prejuízo) do semestre e exercício</b>		<b>481</b>	<b>1.378</b>	<b>(912)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## PAGOL Sociedade de Crédito Direto S.A.

### Demonstração do resultado abrangente

**2º Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e o período de 19 de setembro de 2022 a 31 de dezembro de**

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>2º Semestre 2023</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>De 19/09/2022 a 31/12/2022</b>
<b>Lucro (prejuízo) do semestre e exercício</b>	481	1.378	(912)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>Resultado abrangente total do período</b>	<b>481</b>	<b>1.378</b>	<b>(912)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## PAGOL Sociedade de Crédito Direto S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro 2023 e período de 19 de setembro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva estatutária</u>	<u>Prejuízos/lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 19 de setembro de 2022</b>					
<b>Integralização de capital em 19 de setembro de 2022</b>	5.000	-	-	-	5.000
<b>Prejuízo do período</b>	-	-	-	(912)	(912)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<u>5.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(912)</u>	<u>4.088</u>
Lucro do exercício	-	-	-	1.376	1.376
Constituição de Reserva Legal	-	69	-	(69)	-
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	1.307	(1.307)	-
Aumento de capital	6.000	-	-	-	6.000
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<u>11.000</u>	<u>69</u>	<u>1.307</u>	<u>(912)</u>	<u>11.464</u>
<b>Saldos em 30 de junho de 2023</b>	<u>11.000</u>	<u>45</u>	<u>850</u>	<u>(912)</u>	<u>10.983</u>
Lucro do semestre	-	-	-	481	481
Constituição de Reserva Legal	-	24	-	(24)	-
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	457	(457)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<u>11.000</u>	<u>69</u>	<u>1.307</u>	<u>(912)</u>	<u>11.464</u>
<b>Mutações do semestre</b>	<u>-</u>	<u>24</u>	<u>457</u>	<u>-</u>	<u>481</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# PAGOL Sociedade de Crédito Direto S.A.

## Demonstração do fluxo de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e o período de 19 de setembro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2º Semestre 2023	31/12/2023	De 19/09/2022 a 31/12/2022
<b>Das atividades operacionais</b>			
Lucro/prejuízo do semestre/exercício	481	1.378	(912)
<b>Ajustado por:</b>			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	-	687
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2	3	-
<b>Lucro do semestre ajustado</b>	<b>483</b>	<b>1.381</b>	<b>(225)</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:</b>	<b>(5.124)</b>	<b>12.673</b>	<b>10.751</b>
Operações de Crédito	(138)	(319)	-
Impostos a recuperar	(1.382)	(2.811)	(507)
Outros ativos	5.009	30.306	(37.186)
Conta pré-paga	6.988	11.213	1.423
Obrigações tributárias	(762)	95	597
Provisão de Imposto de renda e contribuição social	765	1.057	2.873
Provisões para passivos cíveis	38	38	-
Salários a pagar	119	1.011	914
Fornecedores	(866)	(430)	-
Partes relacionadas	(13.329)	(27.410)	39.487
Outras obrigações	(1.565)	(78)	3.150
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(4.641)</b>	<b>14.054</b>	<b>10.526</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.873)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(4.641)</b>	<b>14.054</b>	<b>7.653</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento:</b>			
Aquisição/ resgastes em títulos e valores mobiliários	17.524	8.860	(9.547)
Aquisição/ desenvolvimento de imobilizado/ intangível	(4.482)	(7.954)	(2.671)
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>13.042</b>	<b>906</b>	<b>(12.218)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento:</b>			
Integralização do capital social	-	6.000	5.000
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>6.000</b>	<b>5.000</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8.402</b>	<b>20.959</b>	<b>435</b>
No início do semestre/exercício	12.992	435	-
No final do semestre/exercício	21.394	21.394	435
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8.402</b>	<b>20.959</b>	<b>435</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

Em 22 de novembro de 2021, os sócios da Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição” ou “Pagol”) realizaram a Assembleia Geral de Constituição, à qual estava sujeita à aprovação e autorização do Banco Central do Brasil (“BACEN”) para sua efetiva constituição e operação. Os recursos referentes a integralização do capital social foram depositados pelos sócios em conta de movimentação especial (conta vinculada) em nome da Instituição destinada a servir como conta de custódia dos Títulos no processo de constituição da Instituição.

Em 19 de setembro de 2022, a Instituição recebeu a autorização do Bacen para operar e foi constituída em 04 de outubro de 2022.

A Instituição tem como objeto social: a) Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente; b) Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; c) Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente; e d) Atividades de cobranças e informações cadastrais.

A PagoL compartilha identidade dos sócios com a Comporte Participações S.A. e Gol Linhas Aéreas S.A., mas possuem independência operacional, estratégica e financeira, atuando de forma distinta no mercado.

Após os resultados de 2023 e projeções para 2024, a PaGol reafirma a solidez nas operações. As receitas permanecem consistentes, refletindo o empenho da equipe, sólidas parcerias e a confiança nos diversos produtos e serviços. Observado um crescimento orgânico de clientes, resultado da qualidade e eficácia da oferta de produtos e serviços. Os produtos de crédito são os pilares e principal estratégia para os próximos anos, atendendo às diversas demandas do mercado. Mantendo parcerias confiáveis e duradouras, fundamentais para o sucesso dos negócios, sustentados por uma análise criteriosa e governança sólida. Mantém o compromisso com uma administração independente, transparente e responsável, essencial para fortalecer as relações com clientes, colaboradores e demais partes interessadas. Sempre atentos a desafios e oportunidades, e sendo necessário, prontos para adaptar e aprimorar os processos e estratégias para o futuro.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Continuidade operacional: a Administração avaliou a capacidade da Instituição em começar a operar normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Instituição operar em 2023 e no futuro. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Instituição.

A Administração da Instituição autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 28 de março de 2024.

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, especificamente às sociedades de crédito direto, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (“Bacem”), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. A apresentação destas demonstrações contábeis está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo Bacen:



<b>Pronunciamentos CPC</b>	<b>Resolução CMN</b>
CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/12
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Evento Subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 27 – Ativo Imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 – Resultado por Ação	3.959/19
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	4.748/19

Com base na Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020 a apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de circulante e não-circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

## 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

## 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

## 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão de contas a receber relativo aos serviços medidos a faturar, definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Instituição revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

## 2.5. Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros

A Resolução CMN nº4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições contábeis e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/21, a Instituição realizou o mapeamento de todas as principais entregas regulatórias que devem ser realizadas a partir da emissão da norma, segregando a sua importância e tempestividade, com o propósito de demonstrar uma linha do tempo para a sua implantação. Nesse momento, a Instituição concluiu a fase de detalhamento e desmembramento dos macros planos, que envolvem (i) a elaboração de modelo de negócio para classificação, mensuração e reconhecimento dos Instrumentos Financeiros, (ii) a atualização das políticas internas, (iii) a capacitação de funcionários, (iv) a implementação contábil e (v) a divulgação nas Demonstrações Financeiras. Com previsão de conclusão das etapas necessárias para implementação da norma a partir da sua vigência em janeiro de 2025.

Esta norma não produziu alterações nestas demonstrações contábeis, pois trata-se de normativos prospectivos.

### 3. Principais práticas contábeis materiais

#### a) Disponibilidades

Disponibilidades são representados por caixa e equivalentes de caixa, conforme, incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Instituição considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

#### b) Instrumentos financeiros

##### I. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

##### II. Operações de crédito

De acordo com a Resolução do CMN nº 4.656/18, e alterações posteriores, a sociedade de crédito direto (SCD) é uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica.

As operações de crédito consignado iniciaram em janeiro 2023, a Instituição passou a ser originador e cedente de créditos ofertados nas plataformas especializadas por meio da modalidade de Cédula de Crédito Bancário ("CCB").

As operações de crédito devem ser classificadas considerando o nível de risco estabelecido pela Administração, observando os parâmetros determinados pela Resolução do CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e a classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso das operações e a análise da Administração quanto ao nível de risco

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente, e controladas, por cinco anos, em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas com risco de crédito é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, atendidas às normas estabelecidas pela Resolução do CMN nº 2.682/99, dentre as quais se destacam: as provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência

de inadimplência; considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido.

**c) Impostos a recuperar**

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações e - representam créditos fiscais associados às retenções sobre as notas fiscais de prestações de serviços emitidas a título de antecipação dos impostos devidos e de aplicações financeiras.

**d) Imobilizado**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos, ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. A vida útil média estimada dos ativos imobilizados está demonstrada na Nota Explicativa nº 10.

No caso das benfeitorias em imóvel de terceiros, relativas à construção e melhorias da planta operacional da Instituição, a amortização é feita pelo prazo contratual de locação.

**e) Intangível**

Ativos intangíveis consistem em softwares de computadores adquiridos, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada que é de cinco anos, utilizando-se o método linear.

**f) Fornecedores**

Contas a pagar a fornecedores são obrigações registradas com base em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a incidência de juros.

**g) Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

**h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle da entidade consolidada. Não são reconhecidos na demonstração, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da entidade consolidada. Incluem as obrigações presentes da entidade consolidada, caso seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.
- Obrigações legais: referem-se a demandas judiciais fiscais e previdenciárias, onde ocorrem as devidas contestações relativas à legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os riscos decorrentes das ações judiciais de caráter cível são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados nas perdas históricas das ações referentes aos 12 últimos meses. Em relação aos riscos das ações de caráter tributário e trabalhista, ocorrerá o reconhecimento nas demonstrações financeiras quando for considerada provável a perda, baseado na opinião de assessores jurídicos, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente

segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

Em 31 de dezembro de 2023, a Instituição não possui ativos e passivos contingentes classificados por seus assessores jurídicos com prognóstico de perda possível e provável.

**i) Reconhecimento das receitas**

**Receitas de serviços** - As receitas dos serviços prestados são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência sendo faturadas à medida que os serviços são realizados.

A Instituição reconhece como receita os valores dos serviços medidos a faturar de acordo com os contratos de prestação de serviços que preveem esta modalidade de cobrança (tarifação).

**j) Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados pelas alíquotas vigentes aplicadas sobre o lucro tributável, que corresponde ao lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões previstas, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal na data do balanço:

- I. Imposto de Renda: o Imposto de Renda é calculado à alíquota-base de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$ 240 mil ao ano ou R\$ 20 mil ao mês.;
- II. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: a Contribuição Social é calculada à alíquota-base de 20% sobre o lucro tributável.

**k) Pis, Cofins e Iss**

A Instituição submete-se ao regime cumulativo de PIS e COFINS (de acordo com as leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003), aplicando os percentuais de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre suas receitas operacionais. Em relação ao ISS, Município de São Bernardo Campo, a Instituição submete-se à alíquota de 5% incidente sobre suas receitas operacionais

**l) Perda por redução ao valor recuperável de ativos**

Em cada encerramento de exercício, o imobilizado e os ativos intangíveis são revistos para determinar se há qualquer indicação de que esses ativos sofreram uma perda por redução ao valor recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável de qualquer ativo afetado (ou grupo de ativos relacionados) é estimado e comparado com o seu valor contábil. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas.

**m) Apuração do resultado**

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

**n) Resultado não recorrente**

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve resultado classificado como não recorrente.

**o) Partes relacionadas**

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN nº. 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

#### 4. Disponibilidades

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	1.281	435
<b>Total</b>	<b>1.281</b>	<b>435</b>
Recursos próprios	1.035	326
Recursos terceiros - (conta pré-paga)	246	109
<b>Total</b>	<b>1.281</b>	<b>435</b>

#### 5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Aplicações em operações compromissadas	Prazo	31/12/2023	31/12/2022
Notas do Tesouro Nacional - NTN (i)	Até 30 dias	7.500	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN (ii)	Até 30 dias	12.613	-
<b>TOTAL</b>		<b>20.113</b>	<b>-</b>
<b>(i) Recurso próprio</b>			
<b>(ii) Recursos vinculados conta pré-paga</b>			
b) Resultado gerado em aplicações em operações compromissadas	2º Semestre 2023	31/12/2023	19/09/2022 a 31/12/2022
Notas do Tesouro Nacional - NTN	619	619	-
<b>Total</b>	<b>619</b>	<b>619</b>	<b>-</b>

#### 6. Títulos e valores mobiliários

##### a) Composição do saldo da carteira

Títulos para negociação	31/12/2023	31/12/2022
<b>Títulos Privados (b) :</b>	-	<b>8.860</b>
Certificado de depósito bancário - CDB (i)	-	7.449
Certificado de depósito bancário - CDB (ii)	-	1.411
<b>Total dos títulos</b>	<b>-</b>	<b>8.860</b>

(i) Recurso próprio

ii) Recurso vinc. conta pré-paga

**a) Composição da carteira em 31/12/2022**

Data Vencimento	Data aplicação	Prazo	Valor aplicação	Remuneração (%)	Valor em 31/12/2022	Rentab. no período (%)
21/12/2023	21/12/2022	365	5.473	101% CDI	0,35	5.493
11/12/2023	14/12/2022	362	1.402	101% CDI	0,61	1.411
13/10/2023	13/10/2022	365	1.903	101% CDI	2,80	1.957
<b>Total</b>			<b>8.778</b>			<b>8.860</b>

**b) Resultado gerado em títulos e valores mobiliários**

	2º Semestre 2023	31/12/2023	19/09/2022 a 31/12/2022
Certificado de depósito bancário - CDB (i)	555	1.232	532
Certificado de depósito bancário - CDB (ii)	181	360	155
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i)	89	315	-
<b>Total</b>	<b>825</b>	<b>1.907</b>	<b>687</b>

(i) Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras são representadas por títulos privados - Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e remuneradas por taxas pós-fixadas que variam em média 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

**7. Operações de crédito**

No decorrer do exercício foram concedidos empréstimos consignados para os funcionários pertencentes a empresas parceiras.

**a) Composição das operações de crédito e títulos e créditos a receber por tipo de operações:**

	31/12/2023	31/12/2022
Crédito pessoal - consignado	319	-
<b>Total da operação de crédito</b>	<b>319</b>	<b>-</b>
<b>Total circulante</b>	<b>146</b>	
<b>Total não circulante</b>	<b>173</b>	

**b) Composição da carteira de operações de crédito por níveis de risco e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

		31/12/2023			
		Carteira		Provisão	
Nível de Risco	% de provisão	A vencer	Vencida	Total	Total
A	0,50%	314	-	314	(2)
D	10,00%	5	-	5	-
<b>Total</b>		<b>319</b>	<b>-</b>	<b>319</b>	<b>(2)</b>

### c) Composição da carteira por vencimento

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Vencidos	3	-	-	-
A vencer até 3 meses	31	-	-	-
A vencer de 3 até 12 meses	114	(1)	-	-
A vencer de 1 a 3 anos	135	(1)	-	-
Acima de 3 anos	36	-	-	-
<b>Total</b>	<b>319</b>	<b>(2)</b>	-	-

### d) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	31/12/2023		31/12/2022	
		%		%
10 maiores	176	55,17	-	-
50 maiores seguintes	143	44,83	-	-
100 maiores seguintes	-	-	-	-
Demais	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>319</b>	<b>100%</b>	-	-

### e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O critério de constituição é baseado na resolução 2.682/99 e são observados os seguintes aspectos:

I - em relação ao devedor e seus garantidores:

II - em relação à operação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	-	-
Constituição de provisão Nível "A" (i)	(2)	-
Baixa por perdas	-	-
<b>Total</b>	<b>(2)</b>	-

(i) - 0,5% (meio por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A

## 8. Impostos a recuperar

São registrados os valores de impostos e contribuições retidos na fonte a qual a instituição tem o direito de compensar, de acordo com a legislação tributária vigente.

	31/12/2023		31/12/2022
<b>Ativo Diferido</b>	890	(i)	1.267
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	40%		40%
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos às alíquotas da legislação</b>	<b>356</b>		<b>507</b>

	31/12/2023		31/12/2022
<b>Impostos e contribuições a recuperar</b>			
IRPJ E CSLL - exercício 2022	1.745	(i)	-
IRPJ E CSLL - recolhimento estimativa	1.217	(ii)	-
<b>Total</b>	<b>2.962</b>		<b>-</b>

(i) R\$ 1.062 - IRPJ e R\$ 683 CSLL serão compensados após homologação do reprocessamento da DIRF

(ii) R\$ 837 - IRPJ e R\$ 380 CSLL a compensar recolhimento por estimativa

## 9. Outros ativos

	31/12/2023	31/12/2022
Relações Interfinanceiras	269	-
Adiantamentos em antecipações salariais	228	42
Operação de milhas (i)	5.145	37.144
Bloqueio temporário	21	-
Valores a receber recompra milhas	4	-
Valores a recuperar	945	-
Outros ativos	268	-
<b>Total</b>	<b>6.880</b>	<b>37.186</b>
<b>Circulante</b>	<b>6.880</b>	<b>37.186</b>

(i) Em 01/11/2022 a Instituição celebrou um acordo mediante contrato de parceria de acúmulo de milhas com a Gol Linhas Aéreas S.A, empresa do mesmo grupo econômico da Instituição (Nota Explicativa no 13 – Partes relacionadas) com propósito de criar sinergia entre as empresas e agregar valor aos correntistas da conta de pagamento. Os valores referem-se a transações financeiras de milhas e o prazo de realização ocorrerá em até 10 meses.

## 10. Imobilizado

Movimentação	Vida útil estimada/ taxa de depreciação	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
<b>Custo</b>					
Computadores e periféricos	5 anos	226	20	(50)	196
<b>Total</b>		<b>226</b>	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>196</b>
<b>Depreciação</b>					
Computadores e periféricos	20% a.a.				(36)
<b>Total</b>					<b>(36)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>					<b>160</b>



## 11. Intangível

Movimentação	Vida útil estimada/ taxa de amortização	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
<b>Custo</b>					
Software (i)	5 anos	2.445	9.538	-	11.983
<b>Total</b>		<b>2.445</b>	<b>9.538</b>	-	<b>11.983</b>
<b>Amortização</b>					
Software (ii)	20% a.a.				(1.518)
<b>Total</b>					
<b>Intangível líquido</b>		<b>2.445</b>			<b>10.465</b>

- (i) Os valores registrados no intangível referem-se ao desenvolvimento de soluções sistêmicas para suportar a operação da Instituição. Esses custos serão amortizados quando os projetos forem concluídos e estiverem em produção, de acordo com a vida útil estimada.
- (ii) O valor é composto por (R\$ 1.350) de amortização e (R\$168) fase do projeto descontinuado

## 12. Conta pré-paga

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo de conta pré-paga	12.604	1.423
Saldos bloqueados	32	-
<b>Total</b>	<b>12.636</b>	<b>1.423</b>
<b>Circulante</b>	<b>12.636</b>	<b>1.423</b>

Corresponde ao saldo de depósitos em contas de pagamento pré-pagas de nossos clientes, efetuados através de movimentação via TED e PIX.

## 13. Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
Operações de crédito – IOF	30	-
IRRF retido de terceiros a recolher	14	16
CSRF retido de terceiros a recolher	46	49
INSS s/folha	238	151
IRRF S/FOLHA	424	129
FGTS s/ folha	84	46
PIS a recolher	14	2
COFINS a recolher	84	16
ISS a recolher	84	514
<b>Total</b>	<b>1.018</b>	<b>923</b>

#### 14. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Assessoria informática	725	929
Propaganda e publicidade	85	87
Assessoria jurídica	5	25
Seguros a repassar	72	-
Outros	225	501
<b>Total</b>	<b>1.112</b>	<b>1.542</b>

#### 15. Provisões para passivos cíveis

	31/12/2023	31/12/2022
Contingência Cível	38	-
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>-</b>

<b>Circulante</b>	<b>38</b>	<b>-</b>
-------------------	-----------	----------

Indenizações Pagas	2º Semestre 2023	31/12/2023	19/09/2022 a 31/12/2022
Contingência Cível	22	22	-
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>-</b>

Para processos cíveis, considera-se o histórico de obrigações efetivamente liquidadas para constituição da provisão, pois trata-se de processos massificados, em que o valor da causa frequentemente não reflete o valor da contingência, portanto, a Administração entende que a provisão é a informação que melhor reflete a exposição a essa natureza de risco. Em 31 de dezembro de 2023, para as causas cíveis com probabilidade de perda provável, a Instituição provisionou 100% do risco envolvido nos processos judiciais existentes. Para as causas com probabilidade de perda possível, em 31 de dezembro de 2023, a Pagol SCD é parte passiva em 6 processos cíveis, no montante de R\$ 103.

#### 16. Partes relacionadas

	31/12/2023	31/12/2022
Gol linhas aéreas S.A (a)	10.616	34.185
Pagol Participações Ltda (b)	1.461	5.302
Remuneração da Administração	-	-
<b>Total</b>	<b>12.077</b>	<b>39.487</b>

a) Obrigações relativas à compra de milhas Smiles, o faturamento ocorre no último dia útil do mês e o pagamento ocorre 36 dias após o faturamento, conforme nota explicativa n° 9.(i). Operação de milhas

b) O valor refere-se às despesas pré-operacionais pagas pela Pagol Participações Ltda. enquanto a Instituição estava em processo de constituição, os valores devidos serão compensados ao longo do exercício de 2024 através do rateio das despesas administrativas que a Pagol Participações Ltda pagará mensalmente à Instituição pela utilização de sistemas e recursos humanos.

c) No exercício a Instituição remunerou seus administradores no montante de R\$ 612 (no período de 2022 R\$ 641)

## 17. Outras obrigações

	31/12/2023	31/12/2022
Relações Interfinanceiras	167	-
Programa de participação no resultado	850	1.267
Obrigações por transações de pagamento	-	53
Compra de milhas	49	267
Pendências a regularizar	466	21
<b>Total</b>	<b>1.532</b>	<b>1.608</b>

(i) PPR – O programa de participação no resultado é uma política da Instituição de reconhecimento dos funcionários, o valor provisionado será pago em abril de 2024

## 18. Capital Social

### a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 11.000.000 e está representado por 8.800.000 ações ordinárias nominativas e 2.200.000 ações preferencias todas subscritas e integralizadas, sem valor nominal.

### b. Aumento de capital

Os acionistas integralizaram R\$ 6.000.000 em 10/05/2023, que estão vinculados em títulos públicos aprovado em 11 de agosto de 2023 pelo Banco Central do Brasil, processo nº236496.

### b. Reserva legal

Representa os montantes constituídos de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023, foi constituído 5% de reserva legal, no montante de R\$24.000 (vinte e quatro mil reais), e de reserva estatutária, no montante de R\$457.000 (quatrocentos e cinquenta e sete mil reais).

### c. Distribuição de dividendos

O Estatuto Social estabelece dividendos mínimos obrigatórios e ou juros sobre capital próprio de 25% sobre lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária

## 19. Rendas de prestação de serviços

	<i>2º Semestre</i>		
	<b>2023</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>19/09/2022 a 31/12/2022</b>
Rendas de pagamento	27	27	-
Confecção de cadastro	1.225	1.436	-
Emissão cartão pré-pago	29	29	-
Venda de milhas	16.019	32.952	10.285
Conversão de milhas	1.488	1.501	-
Venda de seguro	248	248	-
<b>Total</b>	<b>19.036</b>	<b>36.193</b>	<b>10.285</b>

## 20. Outras receitas operacionais

	<i>2º Semestre</i>		
	<b>2023</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>19/09/2022 a 31/12/2022</b>
Atualização de tributos	93	185	-
Outras receitas	-	4	-
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>189</b>	<b>-</b>

## 21. Despesa com pessoal

	<i>2º Semestre</i>		
	<b>2023</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>19/09/2022 a 31/12/2022</b>
Programa de participação no resultado	(850)	(850)	(1.267)
Programa de alimentação do trabalhador	(437)	(867)	(47)
Assistência médica e hospitalar	(340)	(486)	(17)
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	(386)	(744)	(69)
Previdência social - INSS	(1.361)	(2.531)	(268)
Salários	(3.991)	(7.818)	(465)
13º salário	(369)	(644)	(214)
Férias	(459)	(832)	(285)
Transporte	(37)	(65)	-
Serviços compartilhados - rateio	1.838	4.512	-
Outros	(8)	(41)	-
<b>Total</b>	<b>(6.398)</b>	<b>(10.366)</b>	<b>(2.637)</b>

## 22. Despesas administrativas

	<i>2º Semestre</i>		
	<b>2023</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>19/09/2022 a 31/12/2022</b>
Despesa de aluguel	(111)	(111)	-
Processamento de dados	(8.672)	(16.065)	(5.011)
Promoções e relações públicas	(43)	(56)	(34)
Propaganda e publicidade	(1.666)	(2.905)	(280)
Despesas do serviço financeiro	(402)	(447)	(1.984)
Serviços técnicos especializados	(293)	(632)	(381)
Viagens e hospedagens	(21)	(94)	(45)
Despesa de amortização	(1.147)	(1.518)	-
Despesa de depreciação	(19)	(36)	-
Outras	(292)	(435)	(30)
<b>Total</b>	<b>(12.665)</b>	<b>(22.299)</b>	<b>(7.765)</b>

## 23. Despesas tributárias

	<i>2º Semestre</i>		
	<b>2023</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>19/09/2022 a 31/12/2022</b>
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	(952)	(1.809)	(514)
Contribuição para Financiamento de Seguridade Social - COFINS	(882)	(1.626)	(439)
Programa de Integração Social - PIS	(143)	(264)	(71)
Impostos sobre importação de serviços	(27)	(27)	-
<b>Total</b>	<b>(2.004)</b>	<b>(3.726)</b>	<b>(1.024)</b>

## 24. Outras despesas operacionais

	<i>2º Semestre</i>		
	<b>2023</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>19/09/2022 a 31/12/2022</b>
Despesas com adquirente - Merchant Discount Rat -MDR	-	(132)	(965)
Despesa pelo valor antecipado de recebíveis	-	(1.414)	-
Ressarcimento custo financeiro - Clientes	(6)	(7)	-
Provisão contingência cível	(38)	(38)	-
Perdas com processos cíveis	(22)	(22)	-
Outras despesas	(5)	(18)	-
<b>Total</b>	<b>(71)</b>	<b>(1.631)</b>	<b>(965)</b>

(i) Valor referente ao custo transacional do processamento das operações de milhas.

## 25. Gestão de riscos

### **Fatores de risco financeiro**

As atividades da Instituição expõem-na a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco de fraude. A gestão de risco da Instituição concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, com aplicações que não tenham perfil arrojado ou caráter especulativo.

### **Risco de mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moeda das carteiras ativas e passivas.

A Instituição está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

O risco de taxa de juros da Instituição decorre de aplicações financeiras. A Administração da Instituição tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas.

### **Risco de crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Instituição. Além disso, o risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes.

A Instituição está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

### **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira e dos valores a repassar aos estabelecimentos.

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Instituição, a Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Instituição, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida a caixa e equivalentes de caixa.

**Risco de fraude**

Refere-se à possibilidade de a Instituição sofrer ataques internos e externos com o intuito de fraudar operações. Esta utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude.

**26. Eventos Subsequentes**

Em 15 de fevereiro de 2024, o Banco Central emitiu Ofício 2571\_2024-BCB\_DESUC\_Apontamento 07511\_Limite Basileia informando o desenquadramento dos limites operacionais da Instituição. Em 04 de março de 2024 foi realizado a Assembleia Geral Extraordinária para aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 5.500 (Cinco milhões e quinhentos mil reais) protocolado junto ao BACEN em 05 de março de 2024 cuja aprovação está pendente no Banco Central. Em 07 de março de 2024, em resposta ao Ofício a administração da Instituição reportou ao Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias (DESUC) - Gerência de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias - Área 1 (GSUC1), as medidas adotadas para a regularização do enquadramento aos limites operacionais.